

Representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na imprensa

Representation of Landless Workers' Movement in the press

Laécio Rocha de Sena¹

laeciorocha@yahoo.com.br

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Nilsa Brito Ribeiro²

nilsa@unifesspa.edu.br

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

RESUMO – O trabalho tem como objetivo analisar discursos que colocam em cena o conflito entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e fazendeiros, na região sudeste paraense. Os discursos analisados são veiculados em duas chamadas de notícias publicadas em um jornal de circulação regional: *Correio do Tocantins*, sediado na cidade de Marabá, situada na Amazônia Oriental Brasileira. Nossas análises, fundamentadas em pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD), focalizam a disputa ideológica em relação à formação do espaço agrário na Amazônia, particularmente nas regiões Sul e Sudeste do Pará, caracterizadas por uma história de intensa luta e conflitos pela terra. Destacamos no discurso da imprensa o conflito declarado entre o MST, fazendeiros ou empresas agropecuárias e Governo do Estado. Evidenciamos, também, nas análises, uma prática discursiva da mídia, em que uma imagem negativa deste movimento social vai se construindo, de modo que a relação entre o discurso do fazendeiro e o discurso da imprensa adquire limites tênues. O que se observa é o efeito de ‘captação’ do discurso do fazendeiro pela mídia. Na voz do jornal está presente a heterogeneidade discursiva orientada pelo conflito instaurado, sobressaindo-se, nos discursos, sentidos de criminalização do movimento social.

Palavras-chave: discurso, imprensa, MST.

ABSTRACT – This study purposes to analyze discourses that put into scene the conflict between the Landless Workers' Movement (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* – MST) and farmers in Southeast of Pará. The discourses analyzed were taken from two stories published in a local newspaper named *Correio do Tocantins*, hosted in the city of Marabá, located in the eastern Brazilian Amazon. Our analyses, based on theoretical assumptions of Discourse Analysis (DA), focus on the ideological dispute in relation to the formation of an agricultural area in the Amazon, particularly in the South and Southeast of Pará, characterized by a history of intense fighting and conflicts over land. We highlight the discourses of the Press on the conflict between the MST, farmers or agricultural enterprises and State Government. We noted, also, a discursive practice by the media in which a negative image of this movement was constructed, in a way that the speech of the farmer and the press acquires very thin lines. What we observed is the effect of ‘adoption’ of the farmers’ speech by the media discourse. In the newspaper’s voice the discursive heterogeneity oriented through the conflict established is present, and the sense of criminalization of the social movement stands out in the discourse.

Keywords: discourse, press, MST.

Introdução

O processo histórico-social de formação do espaço agrário amazônico é marcado por várias contradições sociais, econômicas e políticas que podem ser constatadas, por exemplo, na forte concentração fundiária; na situação territorial e sociolinguística dos povos indígenas; na violência e assassinatos de trabalhadores rurais etc.

Tratando da complexidade que caracteriza as dinâmicas territoriais na Amazônia, muitos estudos, sobretudo no campo das ciências humanas, têm destacado a presença dos movimentos sociais do campo, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como uma presença importante na luta pela terra, no Estado brasileiro.

Apesar da reconhecida relevância dos estudos que têm se dedicado a esta problemática, parece ainda haver

¹ Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, Nova Marabá, 68507-590, Marabá, PA, Brasil.

² Professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, Nova Marabá, 68507-590, Marabá, PA, Brasil.

escassa produção sobre o entendimento das dinâmicas que atuam no processo de constituição da realidade agrária na Amazônia a partir de uma abordagem discursiva que assuma a postulação de que as práticas sociais e as práticas discursivas são regidas por um mesmo processo de organização que as integram (Maingueneau, 1997). Um desdobramento deste postulado é o reconhecimento de que, para a compreensão de qualquer discurso, é necessário que se considere o modo como o sujeito do discurso historicamente situado organiza simbolicamente o mundo e suas relações no mundo.

Situado, portanto, em uma abordagem discursiva, o presente artigo tem como objetivo apreender sentidos das dinâmicas sociais presentes na constituição do processo de formação do espaço amazônico, particularmente do sudeste paraense, tomando como objeto de análise discursos que a imprensa regional veicula sobre estas dinâmicas, sobretudo aquelas relacionadas à posse da terra. Para isso, circunscrevemos como *sítios de significância* representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) presentes em discursos veiculados em matérias produzidas por um jornal de circulação regional, sediado na cidade de Marabá (PA), *Correio do Tocantins* (CT). As análises, fundamentadas em pressupostos da Análise de Discurso (AD), focalizam, na heterogeneidade discursiva, a disputa ideológica, na região, entre fazendeiros e MST. Ou seja, na voz do jornal entra em cena o conflito instaurado na região em função da problemática agrária, no entrecruzamento de, pelo menos, três formações discursivas em relação polêmica: o estado, o fazendeiro e o MST.

Apresentando a questão

A compreensão da dinâmica social, econômica e territorial, presente no espaço agrário paraense, ajudamos a compreender alguns fatores que impulsionam a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) às regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará. Como destaca Caldart (2001, p. 1), o MST “é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil”. Chegando ao Pará no final da década de 1980, as ações do MST passam a somar-se a um processo de luta pela terra já iniciado anteriormente a esta década por posseiros³ e lideranças de alguns sindicatos de trabalhadores rurais. Todavia, de acordo com alguns estudiosos

(Cf. Medeiros, 2009), as ações do MST se singularizam no modo de enfrentamento da política agrária no país, uma vez que um dos traços deste movimento social, na percepção destes autores, é a concepção de que a luta não se esgota no acesso à terra, na medida em que ela se mantém nas reivindicações de políticas públicas que possam garantir dignidade humana ao agricultor e a permanência na terra (Medeiros, 2009). Neste sentido, de acordo com Caldart, “o MST reafirmou a ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem-terra como o jeito de fazê-la” (Caldart, 2001, p. 208). Nesta mesma perspectiva de análise, para Hébette (2004), o fato de o MST ir além da luta pela posse da terra o torna talvez o único movimento social brasileiro que soube mostrar que a questão da terra não é uma luta apenas contra o latifúndio, mas uma luta por um novo projeto de sociedade.

Paralelamente à territorialização⁴ do campesinato no sudeste do Pará, os sentidos das disputas e dos conflitos agrários resvalam para outras esferas sociais (Bakhtin, 1988) e discursivas, além da esfera econômica e produtiva, por exemplo, para a esfera jornalística, que é a que nos interessa neste trabalho. A imprensa entra nesse campo de disputa enquanto uma instância discursiva (Maingueneau, 1997), não contingente, mas se constituindo no diálogo de captação ou de denegação de discursos veiculados sobre a questão agrária em outras instâncias discursivas. Em nossas análises, destacamos o funcionamento do discurso da imprensa jornalística que, ao veicular o embate entre dois projetos de campo, evidencia uma imagem negativa dos movimentos sociais, em especial o MST, construída sob o manto da criminalização, como já apontam alguns estudos (Cassimiro, 2003; Gonçalves, 2008; Lyra, 2010).

Circunscrevendo a pesquisa em pressupostos da Análise de Discurso

Alguns conceitos de teorias do discurso⁵ são revisitados neste item por optarmos por uma disciplina de interpretação de discursos que circulam na mídia marabaense sobre a questão agrária, em que a imagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adquire centralidade. É importante aqui destacar que o conceito de discurso mobilizado não se confunde com fala, nem com a língua enquanto sistema. Embora o discurso não

³ Assis (2007, p. 15), apoiado em estudos de Ianni (1979) e Guerra (2001), nos dá a saber que, no contexto das políticas governamentais brasileiras de incentivo de ocupação da Amazônia, “Os migrantes, principalmente os pequenos agricultores, se dirigiam tanto para as áreas de colonização oficial quanto para as devolutas, constituindo-se em posseiros”.

⁴ Processo onde os camponeses, através de sua organização e reorganização social, visam a reorganização do território de forma a garantir seus direitos sociais.

⁵ Estamos certos da existência de diferentes opções teóricas para se fazer uma análise do discurso, por isso mesmo, nomearemos de AD quando nos referirmos à Análise do Discurso de tendência francesa. Neste trabalho, trazemos também contribuições da análise dialógica associada aos estudos bakhtinianos, por entendermos a sua contribuição aos estudos de discursos com o conceito de dialogismo, incorporado pela AD, sob o conceito de heterogeneidade discursiva.

seja indiferente ao sistema linguístico, não é este o seu objeto, e, sim, os sentidos produzidos na relação da língua com o sujeito e a história. Assim, “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas (isto é, reproduzidas)” (Pêcheux e Fuchs, 1997, p. 174).

Afirma Orlandi (2012) que a atividade do analista de discursos é buscar compreender como um objeto simbólico produz sentidos, isto é, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Subjaz a esta perspectiva que o sentido não está dado no sistema da língua nem na mente do indivíduo. Para a AD, embora a língua tenha sua ordem própria, “ela não é, no entanto, concebida como um código transparente [...]. Ela é o lugar em que o discurso tanto se mostra quanto se dissimula, exigindo, por isso protocolos específicos de leitura” (Possenti, 2009, p. 69).

Assim, um discurso resulta, simultaneamente, das determinações próprias da língua e das condições históricas em que se encontram os sujeitos do discurso. A noção de condições de produção é crucial para a AD atestar a autonomia relativa da língua. Como parte das condições de produção de um discurso, destacam-se a posição do sujeito na escala social e as representações orientadas pela posição que ocupa. Segundo Pêcheux (1997), é no interior dos processos discursivos que o lugar ocupado por cada protagonista do discurso encontra-se representado, mas transformado. De acordo com o autor, “são as formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1997, p. 82), constituindo, assim, o jogo das representações imaginárias orientado pelo lugar que o sujeito ocupa na hierarquia social.

Além das formações imaginárias que orientam efeitos de sentido, todo discurso está inscrito numa determinada formação discursiva⁶ (FD), de modo que

[...] é preciso articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo, já que estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica. Não se dirá, pois, que o grupo gera um discurso do exterior, mas que a *instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces*, uma que diz respeito ao social e outra à linguagem (Maingueneau, 1997, p. 55, grifos do autor).

Desta forma, o autor defende que há uma relação de imbricação entre as formas de funcionamento dos grupos sociais e os seus discursos. Ou seja, não existe exteriori-

dade entre as coerções que possibilitam a existência das formações discursivas e os grupos sociais que a elas se vinculam (Maingueneau, 1997).

A ideologia é outro conceito fundamental aos estudos de discurso. Neste campo, o conceito de ideologia não se confunde com falseamento ou inversão da realidade nem com a noção de ocultamento do real, de modo que o sujeito precise atravessar a espessura da língua para chegar a uma verdade escondida sob o texto. O ideológico, como afirma Verón, “nada tem a ver com a problemática do verdadeiro e do falso, tampouco com noções tais como ocultação, falsa consciência, deformação do real” (Verón, 1980, p. 57). A estratégia da ideologia na constituição do sentido é, segundo o autor, buscar um efeito de naturalização. Por mais que todo discurso seja submetido a determinadas condições de produção, existem aqueles que buscam apresentar-se como se não fossem (Verón, 1980, p. 57).

A ideologia, para a AD, opera no sentido de fornecer as bases materiais para a interpretação da realidade. Materializada na relação constitutiva entre língua, sujeito e história, a ideologia produz o efeito de naturalização dos sentidos, daí a ilusão do sujeito e da transparência da linguagem. Nesse sentido, observa Pêcheux que “[...] as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas” (Pêcheux, 1997, p. 144), o que corresponde a dizer que precisam ser tratados, num conjunto, a reprodução das relações de produção e o que contribui para a sua transformação.

É necessário advertir, no entanto, que alguns teóricos (cf. Voese, 2004; Possenti, 1990, por exemplo), admitindo a contribuição da AD como um marco teórico reordenador da concepção de linguagem e de sujeito, chamam a atenção para os riscos de se cair nas armadilhas estruturalistas, pela via da concepção do assujeitamento. Estes teóricos, embora assumam os pressupostos da AD, são críticos em relação à ideia do assujeitamento por admitirem que, embora sofra determinações históricas e seja constantemente interpelado pela ideologia, o sujeito não é um vetor por onde passam os sentidos, ou seja, o sujeito não é apenas falado pelas estruturas hegemônicas, um efeito. No interior da estrutura, há tensões, falhas, deslocamentos de sentidos não previstos, próprios da contradição e que atestam a ação do sujeito, ainda que silenciosa. (Certeau, 1996). Sobre a tese do assujeitamento, adverte Voese:

O método dialético de análise que toma o materialismo histórico por orientação, deve integrar, pois, a dimensão contraditória na explicação da produção do discurso, sempre num ir-e-vir, o que, porém, por ser materialista, não implica necessariamente a concepção de assujeitamento do homem (Voese, 2004, p. 22).

⁶ Esse conceito foi discutido por Foucault (1999), mas é, sobretudo, em *A Arqueologia do saber* (1997) que o autor se detém a essa noção. Segundo Foucault, todos os discursos constituem uma dispersão, não havendo nenhum princípio dado *a priori*, portanto cabe ao analista de discurso buscar, a partir da constituição das regras de formações dos discursos, a sua regularidade. Para Foucault (1997), toda formação discursiva é definida a partir das relações entre objetos, tipos de enunciados, conceitos e estratégias.

Lembra, ainda, Voese (2004) que, possivelmente, não deve ser muito fácil para a Análise do Discurso francesa identificar, na língua, marcas de uma determinação ideológica, principalmente se estacionar a análise apenas na abstração da ação, o que, por outro lado, não seria difícil para a perspectiva aberta por Bakhtin, uma vez que ela assume de forma irredutível que não existe signo nem discurso sem ideologia. Poder-se-ia dizer que os estudos bakhtinianos têm maior tendência a partir do texto empírico para condições de produção para em seguida retornar à significação do texto, num ir-e-vir do método dialético. Esse movimento de que fala Voese (2004) pode ser ilustrado com a seguinte passagem:

O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico* (Bakhtin, 1988, p. 32, grifos do autor).

Assim, concordando com a crítica de que a ideia do assujeitamento do homem impede uma concepção de sujeito que trabalha de forma criativa e astuciosa (Certeau, 1996), parece ser consenso entre as teorias de discurso que, ao analisar-se a linguagem, deve-se considerar o que se chama de condições de produção do discurso, atentando-se para o movimento da contradição que é da ordem do histórico e não da ordem do linguístico em si. Sob esta consideração e assumindo alguns postulados da AD é que nos propomos a refletir sobre o discurso da mídia em que uma imagem negativa do MST se “desenha”.

A especificidade do corpus: o discurso da mídia

De acordo com Charaudeau (2006, p. 40), quando se trata de abordar o discurso no âmbito da informação, é necessário, antes de tudo, “interrogar sobre a mecânica de construção do sentido, sobre a *natureza do saber* que é transmitido e sobre o *efeito de verdade* que pode produzir no receptor”. Para o autor, em todo ato de discurso, a comunicação midiática põe em relação duas instâncias: a instância de produção e a instância de recepção da informação. A instância de produção cumpriria dois papéis: o de produtor de informação e o de provocador do desejo de consumir a informação. A instância da recepção, por seu turno, deveria manifestar seu interesse e/ou o prazer em consumir a informação.

Para Charaudeau (2006), o discurso da mídia busca se legitimar enquanto um discurso de informação que, num contexto de democracia política, cumpre a função de garantir o direito de informação aos cidadãos, ancorado na prerrogativa de imparcialidade. No entanto, ao garantir a todos o direito à informação, a imprensa não está isenta de interesses de classe e, portanto, de uma dada posição ideológica.

Desta perspectiva, em nossas análises, tratamos da informação como peça discursiva e ideológica, isto é,

tomamos como objeto de análise não apenas o conteúdo da enunciação colocado em circulação pela imprensa, mas, sobretudo, a relação do *que é dito* e do *como é dito* com as condições materiais de sua produção, no jogo das relações de poder. A nossa entrada na análise se dá por uma aproximação do sujeito que enuncia, através de elementos discursivos que nos possibilitem compreender como se dá a manutenção ou o deslocamento de sentidos vinculados a posições ideológicas inscritas numa dada ordem discursiva.

Como adverte Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 51), apoiada em Pêcheux (1975),

Ainda que “não possamos jamais encontrar um puro discurso científico, separado de toda ideologia, já que “todo discurso é discurso de um sujeito” e todo sujeito é ideológico, um método de análise, dentro de seus limites, deve procurar sua ‘cientificidade’, sua sistematicidade, para que não se torne o ‘achar’ de cada pesquisador.

Esta é uma preocupação que deve estar na base do trabalho do analista de discurso, pois mesmo sabendo que não há interpretação neutra porque todo sujeito é ideológico, os gestos de interpretação devem estar ancorados na relação entre o linguístico, o histórico e ideológico, para que as análises não fiquem presas ao achar de cada analista.

Acrescentamos à preocupação metodológica de Lagazzi-Rodrigues a de Verón (2004, p. 58), segundo a qual, compreender o processo sócio-histórico de produção de sentidos pelos discursos é “buscar os traços que os níveis do funcionamento social não deixaram de apagar”. Assim, a língua, na sua própria ordem, mas sempre suscetível a falhas, deslizos, rupturas, nos oferece “marcas” que, inscritas na história, nos permitem apreender os processos discursivos sempre situados em dadas condições históricas e ideológicas. Desta forma, o percurso de análise vai do objeto específico (material linguístico empírico) para o quadro mais amplo da tessitura social (a história).

Para as análises, selecionamos dois resumos de reportagens publicadas no *Correio do Tocantins*, no ano de 1996. A opção por essa delimitação temporal se deu pelo fato de, apesar de o MST chegar a território paraense no final da década de 1980, foi somente no início da década de 1990 que as suas ações pela posse da terra se intensificam em solo paraense, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do Estado. Além deste critério temporal, outro critério forte de escolha do corpus foi o assassinato de dezenove trabalhadores rurais do MST, ocorrido em 1996, em confronto com a polícia militar do Pará, no município de Eldorado dos Carajás, situado na região Sudeste do Pará. Esse fato, bem como o aprofundamento da tensão entre movimentos sociais do campo e fazendeiros da região, foi bastante noticiado pela mídia nacional e internacional. Portanto, um número considerável de reportagens foi publicado na mídia sobre o MST, no ano de 1996, tornando-se “O Massacre de Eldorado” um acontecimento discursivo, na mídia nacional e internacional.

O movimento do discurso na mídia: a disputa de sentidos

Em nossas análises, estaremos atentos ao movimento discursivo que expõe, ao mesmo tempo, representações e antecipações do outro e representações de si, enquanto sujeito do discurso. Ou seja, como todo discurso, ao desenhar sua identidade, desenha ao mesmo tempo a identidade de outro ou de outros discursos com o qual mantém contato, nossa hipótese é de que, ao produzir uma imagem dos sujeitos envolvidos no conflito pela posse da terra (movimento social, Estado e grandes fazendeiros), o discurso da mídia produz também a imagem de si, enquanto instância “porta-voz” de discursos outros. Nesse sentido, a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. Dessa percepção decorre a visualização do sujeito como parte de uma coletividade.

Destacamos da relação heterogênea constitutiva do discurso da mídia com outros discursos a construção de uma imagem da própria mídia que, sob o manto da neutralidade e da informação, marca sua posição ideológica face aos sujeitos da disputa ideológica.

O jogo polêmico de posições antagônicas e a regulação de sentidos

Passamos à análise do primeiro resumo de uma reportagem publicada pelo jornal *Correio do Tocantins*, cuja edição cobriu o período de 20 a 26 de setembro de 1996⁷, portanto, cinco meses após o massacre de Eldorado do Carajás (PA), conforme já mencionamos anteriormente. O texto noticia um ato público que será realizado sob a organização de fazendeiros da região como repúdio às ocupações de terra realizadas pelos movimentos sociais do campo.

Texto 1

INVASÃO DE TERRA
Ruralistas fazem ato público visando sensibilizar autoridades

Sindicalistas rurais da região realizam hoje, sexta-feira, o 1º Ato Público de Defesa da Lei da Ordem no Estado do Pará, nos municípios de Parauapebas e Curionópolis. Os produtores rurais repudiam às constantes invasões de terra na região e à “inação do Estado”, ao mesmo tempo em que exigem intervenção federal no Pará, se as autoridades competentes – federais e estaduais – não assumirem o

firme compromisso, através de medidas práticas e imediatas, de garantir o efetivo cumprimento da lei e o restabelecimento da ordem. A programação consta de carreta saindo da sede do município de Parauapebas para a cidade de Curionópolis, onde acontece uma grande cavalgada, culminando com a formação de concentração popular em frente a rodoviária da cidade, na PA-275, onde haverá pronunciamentos em palanque. Os ruralistas prometem que 10 mil quilos de carne serão distribuídos gratuitamente à população carente daquele município. Os organizadores do ato público garantem que o evento será umas das maiores concentrações populares já registradas na região (*Correio do Tocantins*, 20 a 26/09/1996).

Admitindo que a palavra enquanto discurso é o espaço privilegiado de manifestação da ideologia, chamamos a atenção para o título da seção que reúne a reportagem: **INVASÃO DE TERRAS**. Para uma abordagem discursiva de linguagem, o que se diz numa posição ideológica não se pode dizer em outra, não porque o sujeito não tenha competência para tal, mas porque no próprio ato de enunciação e de seleção do que dizer, se marca a posição do sujeito e traduzem-se suas filiações ideológicas. Nas palavras de Possenti:

Quando dizem que colocar o dito implica rejeitar o não-dito, isso não significa dizer que quem diz uma coisa não diz outra, simplesmente porque não se pode dizer duas coisas ao mesmo tempo (o que é discutível, no entanto). Trata-se de uma rejeição de natureza completamente diversa, que pode ser exemplificada assim: se digo que os sem-terra *ocuparam* uma fazenda, rejeito que eles tenham *invadido*. Ou seja, um certo discurso e, conseqüentemente, um certo sujeito rejeita *invadir* (dizendo *ocupar*). Outro rejeita *ocupar* (dizendo *invadir*). Não se trata de uma seleção paradigmática, em termos de língua, mas de assumir uma posição discursiva (Possenti, 2004, p. 377, grifos do autor).

Diferença de posição ideológica orienta diferença de sentidos, embora as palavras possam ser as mesmas. Não significa dizer que não haja cruzamentos de sentidos entre formações discursivas distintas, justamente porque o movimento da história produz deslocamentos, rupturas, de modo que a linguagem reflete, mas também refrata sentidos já produzidos sobre o mundo ou fatos no mundo. Portanto, a expressão “invasão de terra” com que o jornal nomeia a seção em que aparece a reportagem, vai, ao longo do texto, sendo, sub-repticiamente, assumida pelo jornal, sob o efeito de captação e adesão ao discurso do outro (fazendeiros), conforme analisaremos adiante.

Como chave de entrada na leitura do texto da reportagem, destacamos o movimento enunciativo-discursivo de designação dos donos de terras que entram em disputa

⁷ A edição do jornal circula semanalmente.

com o MST, na região: *sindicalistas rurais; produtores rurais; ruralistas; organizadores do ato público*.

Como se pode observar, na materialidade do discurso, o processo de designação posiciona o grupo de fazendeiros em uma organização política e produtiva (sindicalistas, produtores, ruralistas, organizadores do ato), num processo de identificação do sujeito com sua formação discursiva. Este grupo entra em polêmica aberta, tanto com o MST quanto com o Estado, este, interpelado no sentido de tomar posição e conter as ações dos movimentos sociais do campo, na disputa pela terra.

Diferentemente das designações lexicais *fazendeiros e latifundiários*, referidos como sujeitos que sofrem pressão do discurso do adversário – sobretudo dos movimentos sociais com quem disputam sentidos e valores políticos atribuídos à terra – as designações lexicais da imprensa jornalística traduzem o comprometimento da mídia com a construção de uma representação sobre a disputa ideológica entre fazendeiros e movimentos sociais, conformando as imagens de cada um dos polos da disputa em uma dada imagem oferecida ao leitor.

Desse modo, os fazendeiros são referidos não com categorias que evidenciem o enfrentamento com trabalhadores rurais da região – categorias que poderiam ameaçar a imagem que se pretende construir desse grupo social –, mas com designações que traduzem uma imagem de fazendeiros que produzem na terra (produtores rurais) e que estão organizados (sindicalistas, ruralistas) para enfrentar as investidas dos movimentos sociais e a suposta inércia do Estado. Obviamente que este discurso “capta” a favor da formação discursiva do fazendeiro índices ideológicos fundados em valores socialmente positivos, como: trabalho (traduzido por *trabalhadores rurais*); organização política (traduzida por *sindicalistas rurais*) identidade de grupo social (*ruralistas*), ainda que a imagem validada para esta formação discursiva se inscreva nos vestígios de outras formações discursivas constituídas com os sentidos do trabalho, da organização e da identidade de grupo e de classe social.

Por outro lado, os movimentos sociais não recebem designações diretas e explícitas neste discurso. No entanto, sua imagem não deixa de ser projetada. Na expressão “invasões de terra”, a ausência de um sujeito agente e de uma ação verbal a ele correlacionada, não coloca em suspenso a existência desse agente, dado que ele já está inscrito na história. Uma memória discursiva irrompe na expressão “invasões de terras”, mobilizando redes de significação de dadas formações discursivas que, no não-dito, trazem à cena discursiva as ações do MST, inscritas no sintagma “invasões de terra”.

A imagem do MST se desenha, também, na forma como o Estado é interpelado pelo fazendeiro no espaço da mídia. Ameaçadores da ordem, nos discursos dos fazendeiros (traduzidos pela mídia), os movimentos sociais

são também representados como aqueles que não sofrem a força do Estado, uma vez que este, na voz dos fazendeiros, tem se mantido inerte face aos conflitos no campo.

Neste jogo produtivo de construção de um teatro midiático, vai-se conformando no espaço da mídia, a sua própria imagem, pela semântica da língua e pela posição ideológica (Maingueneau, 1997).

Outro conjunto linguístico através do qual o jornal desenha um discurso positivo sobre o fazendeiro é representado pelas formas verbais e nominais “[...] *visando sensibilizar autoridades*”; “[...] *repudiam* às constantes invasões de terra na região [...]”; “[...] *em Defesa da Lei e da Ordem no Estado do Pará* [...]”. Nestes enunciados, entrecruzam-se recursos expressivos e instâncias enunciativas que, na relação com seus interdiscursos (Maingueneau, 1997), atualizam uma memória discursiva sobre a luta pela terra, na Amazônia, particularmente na Amazônia Oriental, em que os conflitos agrários são mais acirrados, em relação a outras regiões. A organização do patronato rural, representada no discurso da imprensa, ocupa a posição de vítima ou de grupo em desvantagem na relação de disputa instaurada. O ato público anunciado pelo jornal se traduz, neste discurso, como o espaço mais evidente da busca de sensibilização do Estado – ao mesmo tempo que orienta o imaginário do público leitor – em relação à reivindicação dos fazendeiros que, como veicula o jornal, repudiam invasões e se colocam em defesa da Lei e da ordem, supostamente desobedecidas pelos movimentos sociais do campo.

No entanto, entender a língua na sua relação constitutiva com a história e com a ideologia é também considerar que os discursos são produzidos sempre em relação às condições de sua produção e aos sujeitos historicamente posicionados. Nesta direção, sujeito e linguagem se constituem numa relação de incompletude, falhas, faltas, deslizos, deslocamentos, rupturas (Pêcheux, 1997). É assumindo a incompletude do sujeito e da linguagem que é possível apreender na regularidade de um discurso de vítima uma ruptura que aponta para o avesso desta posição. Assim, nos enunciados: (1) “Ruralista fazem ato público *visando sensibilizar autoridades*”; (2) ‘Sindicalistas rurais da região realizam hoje, sexta-feira, O 1º Ato Público *em Defesa da Lei e da Ordem no Estado do Pará* [...]’; (3) “Os produtores rurais *repudiam* às constantes invasões de terra na região e à ‘inacção do Estado’, ao mesmo tempo em que *exigem* intervenção federal no Pará [...]”, a mídia, enquanto construtora do imaginário social, opera a coerência e a unidade ilusória do sentido do texto (Gregolin, 2003), à medida que se constitui mediadora do discurso-outra, operando com o simulacro do discurso dos ruralistas. Vale destacar, no entanto, que, conforme Maingueneau (1997), a questão dos *mediadores* não é tão simples como parece, de modo que não basta correlacionar as informações com a imprensa “mediadora” e os enunciados que esta coloca em circulação. A imprensa não é

indiferente ou um “suporte contingente” das informações que veicula, ou seja, o que o autor propõe é articular as coerções impostas à formação discursiva com as que possibilitam a instituição do grupo social.

Neste sentido, interessa-nos destacar nos enunciados (1), (2) e (3) a gradação com que o jornal os dispõe, construindo, ao mesmo tempo, o simulacro da formação discursiva do grupo ruralista e a sua identificação com este discurso. O efeito é de alinhamento discursivo-ideológico entre imprensa e informação. Se, no enunciado (1), o fazendeiro é colocado na posição de quem precisa de maior atenção do Estado, por isso, procura comovê-lo, sensibilizá-lo em relação às questões que reivindica, no enunciado (2), o discurso se desloca para o campo jurídico, em defesa da Lei e da Ordem que, no discurso do fazendeiro e do jornal, são desobedecidas pelo MST. No enunciado (3), por sua vez, observa-se um deslocamento de sentido que passa da ação política para o repúdio explícito ao MST, culminando com a exigência da força ditatorial (*[...] repudiam às constantes invasões de terra [...]; [...] exigem intervenção federal no Pará [...]*). Esse movimento revela o jogo argumentativo em que se vai desenhando a ‘simulação’ da posição de vítima que, abruptamente, resvala para a posição de um grupo que detém força política, a ponto de exigir a intervenção da esfera federal, em razão da “inação do Estado” (governo estadual). Apesar de o jornal marcar seu distanciamento no enunciado em que faz referência à “inação do Estado” (Os produtores rurais repudiam as constantes invasões de terra e à [sic] a “inação do Estado”), a sua posição ideológica emerge nos deslizes do discurso. O “tom” apreciativo (Bakhtin, 1988) do jornal se expressa em “constantes invasões” e “restabelecimento da ordem”, de modo que, nas falhas do sujeito e do discurso, delinea-se a imagem do MST como invasor de terras e produtor de desordem.

O Estado, por sua vez, é representado na reportagem como uma instituição inerte que não toma as providências exigidas pelos fazendeiros. Aliás, nas palavras do jornal, o governo não cumpre a força da lei “através de medidas práticas e imediatas”, sugerindo, nesse dizer, que o massacre de Eldorado dos Carajás pode se constituir em uma destas “medidas práticas e imediatas” que os fazendeiros demandam do Estado e que a mídia traduz em sua voz de aliada.

Estas enunciações sugerem ao leitor crítico a luta política e de classe pelo domínio e controle da posse da terra, assim como a influência dos proprietários de terra da região no poder político.

Na mesma edição do jornal, ao lado da reportagem anteriormente analisada, outra seção é anunciada por OCUPAÇÃO DE SEDE, como se pode observar no Texto 2, tratando agora da presença do MST nas dependências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Marabá (PA).

Texto 2

OCUPAÇÃO DA SEDE Impasse dificulta negociação entre os sem-terra e o Incra

Os cerca de 500 trabalhadores ligados ao MST, que desde a última terça-feira ocupam as instalações do Incra em Marabá, inclusive o gabinete do executor do órgão, fazendo-o de refém durante dois dias, concordaram ontem em desocupar as instalações do instituto, depois que receberam de Brasília uma sugestão para que uma comissão formada por líderes do movimento fosse negociar, acompanhada do executor Ronaldo Giusti, pessoalmente com o ministro Raul Jungmann, com todas as despesas por conta do Incra. O superintendente estadual do Incra, cel. Floriano Amorim, que se encontra na cidade desde quarta-feira, mas ainda não pôs os pés na sede do Incra, revelou-se contra que a comissão vá a Brasília, por entender que o foro correto para as negociações é Marabá e que ele veio de Belém e só sai daqui quando resolver o problema. Floriano Amorim acha um absurdo a ocupação das instalações físicas da Unidade Avançada e anuncia ingressar com pedido de liminar de reintegração de posse para desocupar as instalações do órgão fundiário (*Polícia*) (*Correio do Tocantins*, 20 a 26/09/1996).

Obviamente que a presença do MST em dependências de órgãos públicos não se configura como uma invasão no nível em que se dão os conflitos entre fazendeiros e movimentos sociais do campo quando estes ocupam terras. No entanto, se apreendermos o todo discursivo do enunciado, é possível dizer que intercambiar “INVASÃO DE TERRA” por “OCUPAÇÃO DE SEDE” não é suficiente para deslocar a posição dos sujeitos de uma formação discursiva para outra.

Na primeira reportagem, a relação estabelecida é entre fazendeiros e MST, tendo o Estado como uma esfera ineficaz para resolver as questões de “invasão de terras”. Na segunda reportagem, a relação se estabelece entre o Estado e o MST, embora não possamos dizer que o discurso do fazendeiro não esteja em permanente contato com estes dois outros discursos, considerando que a relação de maior conflito é entre o latifúndio e os movimentos sociais do campo, embora seja o Estado a esfera interpelada pelos movimentos sociais, no que concerne à efetivação de uma política de reforma agrária.

O fato de a reportagem ser introduzida na seção que traz como título o léxico OCUPAÇÃO e não INVASÃO não nos leva a dizer que o jornal esteja captando o sentido de OCUPAÇÃO produzido na formação discursiva do MST. Foucault (1997) já observou que cada formação discursiva tem um estilo, um caráter próprio de enunciação, submetido a *regras de formação*, ainda

que a Formação Discursiva não seja um bloco monolítico fechado a outras Formações Discursivas, uma vez que ela é sempre invadida por discursos que vêm de outras Formações Discursivas.

Sobre o sentido de ocupação para o sujeito sem-terra, assevera Lagazzi-Rodrigues:

O dizer do assentado não é o dizer dos proprietários capitalistas: ao enunciar a *sua* terra, o assentado instala um acontecimento discursivo, e isso porque ele se tornou dono dessa terra por ocupação, considerada invasão pelos proprietários capitalistas, ou seja, na contramão da lógica capitalista, em que para ser proprietário é preciso ter o poder de compra, o assentado se enuncia e se faz reconhecer/é reconhecido enquanto dono de sua terra. A ocupação não se restringe apenas a um momento na sucessão de fatos que levam ao assentamento. Ela é um marco para o sujeito que está na luta do MST e é uma referência que institui o sentido de continuidade na relação do assentado com a terra. A necessidade de novas ocupações postas pelo MST é uma força motriz dentro do assentamento e mantém o sentido de “ir para a terra” que constitui os Sem Terra, uma posição em movimento (Lagazzi-Rodrigues, 1998, p. 25).

Assim, não se trata apenas de jogo lexical em que se possa intercambiar *invasão* por *ocupação*. O uso do léxico *ocupação* é para o sujeito Sem Terra um processo de identificação e de reconhecimento de pertença à terra que ocupa e que nela instaura suas práticas materiais e simbólicas. Esta relação social e política não pode estar desvinculada do sentido jurídico que a ela se agrega, de modo que o uso das duas palavras (*invasão* e *ocupação*), pelo jornal, não o coloca em perspectivas políticas e ideológicas distintas ou contraditórias. Em qualquer uma das reportagens, os dois léxicos são intercambiáveis na voz do jornal e convergem para a produção de imagens do MST como o que transgredir a lei, ameaça a ordem pública e, por isso, faz-se necessária a força do Estado para “garantir o efetivo cumprimento da lei e o restabelecimento da ordem” (*Correio do Tocantins*, 20 a 26/09/1996).

Assim, percorrendo a economia do discurso em sua materialidade linguística, na segunda reportagem, indícios de que o uso do léxico “ocupação” não produz deslocamentos ideológicos do jornal são reforçados pelo uso de outros léxicos que permeiam o texto, tais como: “refêm” ([...] *fazendo-o de refêm durante dois dias*, [...]), léxico utilizado pelo jornal para nomear a ação do MST nas dependências do INCRA, assim como a sequência “[...] *e anuncia ingressar com pedido de liminar de reintegração de posse para desocupar as instalações do órgão fundiário*”. Vejam que nesta sequência as formas lexicais *liminar*, *reintegração de posse* e *desocupar instalações* mantêm uma relação interdiscursiva com os sentidos produzidos na sociedade para invasão de terras, jogando também com os sentidos de ilegalidade das ações do MST. Aliás, é significativo que o resumo da reportagem se encerre com a palavra *Polícia*, indicando o pertencimento do fato noticiado à seção policial do jornal, portanto, “um caso de polícia”. Desta forma, reafirmamos nossa análise de

que, embora a chamada para a reportagem seja nomeada de ocupação, não há deslocamento interdiscursivo, o sentido da criminalização se impõe no discurso da imprensa quando se propõe a noticiar ações dos movimentos sociais que, nas suas lutas, denunciam o modelo agrário vigente.

Para não concluir

Neste artigo, anunciamos o objetivo de analisar a construção da imagem do MST, na mídia impressa marabaense – e, no reverso, a imagem da própria mídia-, tomando o ano de 1996 como recorte temporal para a seleção de textos colocados em circulação pelo jornal *Correio do Tocantins*. Perseguimos a hipótese de que, ao construir uma imagem negativa do MST, a imprensa situa-o no campo da criminalidade, tal como se propaga em outras mídias nacionais acerca deste mesmo movimento social.

Esta análise confirma, como tantas outras, que o discurso da imprensa, sob o manto da neutralidade e da informação, não só noticia fatos sobre o MST, mas também inscreve sua posição ideológica em relação a este movimento social, alinhando-se a outros discursos que polemizam com o MST. Assim, os sentidos de criminalização a que os jornais recorrem no jogo de construção de imagens possuem filiações políticas e ideológicas ao discurso dos grandes fazendeiros.

O Estado, por sua vez, tem sua imagem construída como a instância que deve atuar na força da lei, mas que, na voz dos fazendeiros interpretada pelo jornal, nem sempre usa de forma efetiva os instrumentos legais para coibir a ação do MST, na região.

Mesmo quando a imprensa traz para seu discurso enunciados da formação discursiva do MST, tais como *ocupação*, estes enunciados são traduzidos pela formação discursiva antagônica, produzindo o que Maingueneau (1997) denomina de *simulacro* ou *interincompreensão*.

Referências

- ASSIS, W.S. 2007. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 242 p.
- BAKHITIN, M. 1988. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Huicitec, 196 p.
- CASSIMIRO, A. dos S. 2003. *A luta pela Construção da Imagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1984-2002)*. Goiânia, GO. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 165 p.
- CERTEAU, M. 1996. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 351 p.
- CHARAUDEAU, P. 2006. *Discurso das mídias*. São Paulo, Contexto, 285 p.
- CALDAT, R.S. 2001. O MST e a formação dos Sem-Terra: movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15(43):207-224. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>
- FOUCAULT, M. 1997. *A Arqueologia do saber*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 239 p.
- FOUCAULT, M. 1999. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 541 p.

- GONÇALVES, E.R. de L. 2008. *Mídia e Movimentos Sociais: a representação do MST na revista IstoÉ*. Salvador, BA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 192 p.
- GREGOLIN, M.R.V. 2003. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: M.R.V. GREGOLIN (org.), *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, Clara Luz, p. 95-110.
- GUERRA, G.A.D. 2001. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste do Pará*. Belém, UFPA/NAEA, 170 p.
- HEBETTE, J. 2004. *Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém, EDUFPA, Vol. I, 303 p.
- IANNI, O. 1979. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 236 p.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S.M. 1998. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 121 p.
- LYRA, A.V.L. 2010. *O Vermelho na Cultura do Papel: a visibilidade midiática do MST e a imprensa*. Salvador, BA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 96 p.
- MAINGUENEAU, D. 1997. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes, 198 p.
- MEDEIROS, L.S. de. 2009. Os trabalhadores do campo e desencontros na luta por direitos. *Revista Antropolítica*, 26:245-266.
- ORLANDI, E.P. 2012. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 10ª ed., Campinas, Pontes Editora, 100 p.
- PÊCHEUX, M. 1975. *Les verités de la palice*. Paris, François Maspero, 317 p.
- PÊCHEUX, M. 1997. Análise automática do discurso (AAD-69). In: F. GADET; T. HAK (orgs.), *Por uma Análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 61-162.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. 1997. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: F. GADET; T. HAK (orgs.), *Por uma Análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 163-252.
- POSSENTI, S. 1990. Apresentação da Análise do Discurso. *Glotta*, 12:45-59.
- POSSENTI, S. 2004. Teorias do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: F. MUSSALIM; A.C. BENTES, *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo, Cortez, p. 353-392.
- POSSENTI, S. 2009. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo, Parábola Editorial, 183 p.
- VERÓN, E. 1980. *A produção de sentido*. São Paulo, Cultrix, 243 p.
- VOESE, I. 2004. *Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa*. São Paulo, Cortez, 160 p.

Submetido: 28/05/2015

Aceito: 30/07/2016